

04.dezembro.2019 – 12H00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Movimento Escolas Sem Amianto – MESA

Elementos identificados na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Deputados Lúcia Araújo Silva (PS), Bruno Aragão (PS), Alexandre Poço (PSD), António Cunha (PSD), Filipa Roseta (PSD), Maria Gabriela Fonseca (PSD), Luís Monteiro (BE), Joana Mortágua (BE), Alexandra Vieira (BE), Ana Mesquita (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Cristina Rodrigues (PAN).

Assunto: "Presença de amianto nas escolas e remoção do mesmo"

Exposição:

A Deputada Lúcia Araújo Silva (PS), que presidiu à reunião, começou por cumprimentar os membros da delegação do movimento " Movimento Escolas Sem Amianto – MESA".

Depois de explicar os termos em que se iria proceder a audiência, foi dada a palavra aos membros da delegação, os quais expuseram as razões para a audiência, que ora se resumem:

- Constituem um grupo de pais, professores, diretores e encarregados de educação, que estão preocupados com a presença de fibrocimento degradado nos estabelecimentos escolares;
- Informaram que estiveram há 6 meses na Assembleia da República a reivindicar a remoção de amianto dos estabelecimentos de ensino.
- Declararam que este movimento passou de local a nacional, representando mais de cinquenta escolas;
- Comunicaram que este movimento possui uma plataforma de denúncias de escolas com amianto, abrangendo mais de 85 escolas;
- Mais informaram que entregaram uma petição com mais de 5000 assinaturas em conjunto com a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e a Organização Zero;
- Questionaram quando seria solucionado o problema, solicitando auxílio da Assembleia da República na fiscalização ao Governo.

- A retirada do fibrocimento consta de uma diretiva europeia cuja aplicação se tornou obrigatória por lei em Portugal há vários anos, a qual não está a ser cumprida.

As razões que sustentam o pedido de audiência encontram-se melhor descritas no [pedido](#) desta.

Após esta apresentação, intervieram as Deputadas Lúcia Araújo Silva (PS), referindo que a erradicação do amianto em espaços públicos, incluindo escolas era uma preocupação do atual Governo. Na anterior legislatura o Governo tinha planeado um conjunto de intervenções, a que levou a que mais de 500 escolas fossem intervencionadas, conjuntamente com as autarquias, sendo 300 do pré-escolar e primeiro ciclo. A [resolução do conselho de ministros n.º 97/2017](#), de 7 de julho, tinha determinado as condições que dariam cumprimento ao programa de remoção do amianto e na lei do Orçamento de Estado para 2019, tinha sido identificado o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, para financiar o Programa de Remoção do Amianto, tendo sido realizadas intervenções nos anos de 2017/2018 em 296 edifícios. Referiu também que o Ministério das Finanças pretendia através do Orçamento do Estado para 2020, simplificar o acesso ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial de modo a acelerar a remoção de amianto dos edifícios do Estado. Filipa Roseta (PSD) referiu a [Portaria n.º 40/2014](#), a [Lei n.º 2/2011](#) e a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2017](#), como enquadramento legal para a ação do Governo na remoção de amianto dos edifícios, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino, com a distribuição das necessidades e dificuldades e que essa ação estava a ser procrastinada pela tutela. Mais informou que a Assembleia da República (AR) tinha questionado o Governo por quatro vezes ainda no ano de 2019 (em março, maio, junho e outubro de 2019), sem qualquer resposta nem ponto de situação, constituindo um desrespeito pela AR. Enfatizou a necessidade de uma lista indicativa do ponto de situação dos edifícios que necessitam de intervenção urgente e que tinham já solicitado com urgência a vinda à AR do Ministro do Ambiente. Joana Mortágua (BE) referiu as condições críticas em várias escolas com amianto, nomeadamente o agrupamento de escolas de Loures, em especial a Escola da Portela. Este problema não se encontrava somente em escolas reabilitadas, mas também em escolas não reabilitadas, num estado grave de degradação, dando exemplo de algumas, causando um perigo de saúde pública. Realçou a necessidade de publicação de uma lista com as necessidades dos estabelecimentos de ensino e calendarização da remoção do amianto, sendo exigível um quadro plurianual para esse efeito. Ana Mesquita (PCP) reforçou a falta de resposta por parte do Ministério da Educação quanto à situação real dos estabelecimentos de ensino com amianto e necessidades de remoção, assim como a sua calendarização e fases de investimento, reforçando a necessidade fiscalizadora da AR. Informou também que o PCP já tinha apresentado um requerimento solicitando ao Ministro da Educação a apresentação desta informação. Realçou que em diversos casos a remoção de amianto das escolas tinha sido somente parcial, não solucionando as necessidades, mantendo o risco de contaminação. Referiu também a

problemática do descarte destes materiais perigosos. Ana Rita Bessa (CDS-PP) reforçou a necessidade fiscalizadora da AR, sendo este tema consensual entre todos os Grupos Parlamentares com assento na AR. Questionou e solicitou uma lista de prioridades, calendarização dos trabalhos e custos da remoção do amianto. Cristina Rodrigues (PAN) referiu que nesta Legislatura o PAN tinha apresentado o [Projeto de Lei n.º 115/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - *Determina a remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos*, recomendado uma atualização da lista dos materiais contendo amianto, nomeadamente nos edifícios públicos. Realçou a necessidade de publicação de uma lista com as necessidades dos estabelecimentos de ensino e calendarização da remoção do amianto. Mariana Silva (PEV) referiu a [Lei n.º 2/2011](#), que tinha resultado na lista das necessidades de remoção de amianto, assim como os diversos Projetos lei sobre a remoção de amianto, agendados para discussão em plenário do dia 12 de dezembro de 2019, com o propósito da criação de uma lista das necessidades e calendarização de ações corretivas previstas.

Às questões colocadas pelos Deputados seguiram-se os esclarecimentos dos depoentes, que ora se resumem:

- Referiram que continuam sem resposta do Governo aos seus requerimentos, enviados antes da elaboração do Orçamento de Estado, para a remoção do amianto e requalificação da Parque Escolar;
- Foi proposto a algumas escolas que procedessem à remoção do amianto, com articulação posterior da autarquia com o Governo;
- Apelaram à Assembleia da República para uma fiscalização mais eficiente ao Governo;
- Esclareceram a importância da criação de uma entidade que elaborasse todas as análises possíveis não só aos materiais, mas também à água e sua possível contaminação. Sem esta análise, qualquer lista estaria incompleta.

A gravação áudio da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2019

O assessor

Filipe Xavier